

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 02 de março de 2010.

Edição nº 388

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Boletim2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contrato e convênios3

Avisos de licitações.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins3



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 388

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM Nº 093/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

- a promoção, por antiguidade, para o cargo de 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Erechim, de entrância intermediária, a Dra. FABIANE RIOS LISARDO, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de São Francisco de Paula, matrícula nº 14024063, publicada no Boletim nº 089/2010 do DEMP de 01 de março de 2010 (Edital 032/10 – PR.00034.00619/2009-6)

- a promoção, por merecimento, para o cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Santiago, de entrância intermediária, a Dra. LUCIANA CANO CASAROTTO, 3ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Tramandaí, matrícula nº 14950430, publicada no Boletim nº 089/2010 do DEMP de 01 de março de 2010 (Edital 033/10 – PR.00975.00026/2008-7)

PROMOVER

- por antiguidade, para o cargo de 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Erechim, de entrância intermediária, a Dra. FABIANE RIOS LISARDO, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de São Francisco de Paula, matrícula nº 14024063 (Edital 032/10 – PR.00034.00619/2009-6).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de março de 2010.

SÔNIA ELIANA RADIN,

Promotora-Assessora.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

PORTARIA Nº 38/2010-PF
ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 67 DO Código Civil e 1.203 do Código de Processo Civil, combinados, resolve aprovar a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO PRÓ-SEMENTES DE APOIO À PESQUISA**, com sede na cidade de Passo Fundo, de conformidade com o que consta do Processo PR.00031.00056/2010-2

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de março de 2010.

ANA MARIA SCHINESTCK,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 094/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- a contar de 01 de março de 2010, a servidora RAQUEL BELLOTTI, Assistente de Promotoria de Justiça, matrícula nº 14229153, para exercer a função gratificada de Assessor Superior II, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 0156/10).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, BLENIER HERMANN LAUER BISPO, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o sexagésimo primeiro (61º) lugar na Classificação Geral Estadual (Port. 0307/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, TAIS TERESINHA TOMALUSKI, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o quinto (5º) lugar na Região do Vale do Taquari (Port. 0308/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, DANIELA MORI VIERO, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o décimo terceiro (13º) lugar na Região Sul (Port. 0309/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, EDIVAN DALLA PORTA FRIZZO, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o décimo quarto (14º) lugar na Região das Missões (Port. 0310/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, LUCIANA KIST DAL OSTO, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o décimo segundo (12º) lugar na classificação geral da Região Central (Port. 0311/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ALEXANDRE PICCOLI, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o nono (9º) lugar na classificação geral da Região da Produção (Port. 0312/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, JOAO ROBERTO ASSUNCAO SOARES, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o décimo sétimo (17º) lugar na classificação geral da Região Sul (Port. 0313/10).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 388

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 11/02/2010, no cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", ROBERTA ENSSLIN, tendo entrado em exercício em 01/03/2010.

- habilitada para tomar posse, a contar de 17/02/2010, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", DAIANA PINHEIRO TESSMANN, tendo entrado em exercício em 01/03/2010.

- habilitada para tomar posse, a contar de 19/02/2010, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", ANGELA SZELBRACIKOWSKI, tendo entrado em exercício em 01/03/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SÚMULA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONVÊNIO Nº 17/2007

PROCESSO PR.00956.00381/2008-9

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Eldorado do Sul. **OBJETO:** Dar nova redação à Cláusula Terceira do Termo de Convênio nº 17/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação: "O prazo de duração deste Termo de Convênio será de 30 (cinco) dias, a contar do dia 03 de fevereiro de 2010, podendo ser renovado, por igual período, mediante novo termo aditivo". **PRAZO:** 30 (trinta) dias, a contar de 03-02-2010. **DATA DA ASSINATURA:** 27-01-2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em, Porto Alegre, 01 de março de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 01/2010 (Processo nº 0001792-09.00/10-5) Tipo menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando a manutenção e reforma do prédio do Ministério Público de Pelotas, na Rua 29 de junho, 80, conforme Edital e seus Anexos. **Preço orçado:** R\$ 215.854,98. **Prazo:** 04 meses. **Data e horário de abertura:** 19/03/2010, às 14h. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 17.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de março de 2010.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 13/2010

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 08/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Sobradinho, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa, que consiste em contratação de pessoal para a área da saúde por empresa interposta desde o ano 2006, perpetrado pelo Poder Executivo de município.

2) Inquérito Civil, nº 07/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Sobradinho, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa, que consiste em cargos em comissão em desvio de função, perpetrado pelo Poder Executivo de município.

3) Inquérito Civil, nº 16/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Karina Albuquerque Denicol, da Promotoria de Justiça de São Valentim, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa, em município.

4) Inquérito Civil, nº 15/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Karina Albuquerque Denicol, da Promotoria de Justiça de São Valentim, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa, em município.

5) Inquérito Civil, nº 06/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Sobradinho, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa, que consiste em prestação de horas extras em número superior ao permitido por Lei Municipal, perpetrado pelo Poder Executivo de município.

6) Inquérito Civil, nº 12/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Roberta Brenner de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual inobservância dos princípios constitucionais da administração pública, na gestão municipal, constituindo ato de improbidade administrativa, em razão do pagamento de reportagens que foram veiculadas em jornal de município, com verba pública, que indicam a promoção pessoal de vários agentes da atual administração, em prejuízo ao erário e afronta aos princípios da administração pública.

7) Inquérito Civil, nº 027/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Leven, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com a finalidade de apurar irregularidades no pagamento de parcelas remuneratórias, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de março de 2010.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUÍZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 02 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 388

BOLETIM Nº 03/2010 - CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

01) Inquérito Civil nº 03/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi/RS, com a finalidade de apurar a conformação constitucional da Lei Municipal nº 4.009, de 16 de novembro de 2009, de responsabilidade do Município de Garibaldi/RS.

02) Inquérito Civil nº 01/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de suposto comprometimento de estrutura das edificações, devido às cheias do arroio Passo Fundo, localizadas na Rua Silvério Souto, nº 111, no Município de Porto Alegre/RS, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

03) Inquérito Civil nº 02/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pâncaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de loteamento clandestino em área localizada na Rua Cristiano Kramer, nº 27, denominada pelo Município como Morro da Guampa, no Município de Porto Alegre/RS, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

04) Inquérito Civil nº 03/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre/RS, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da possível falta de manutenção e a utilização inadequada da praça localizada na Rua Pitoresca, tendo como investigado o Município de Porto Alegre/RS.

05) Inquérito Civil nº 29/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Menin, da Promotoria de Justiça de Tramandaí/RS, com a finalidade de apurar o patrolamento de ruas com avarias no calçamento, tendo como investigado o Município de Tramandaí/RS.

06) Inquérito Civil nº 49/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres/RS, com a finalidade de apurar obras de loteamento irregular ante a inexistência dos licenciamentos devidos, tendo como investigado o Sr. Darci Silveira Simão.

07) Inquérito Civil nº 17/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves/RS, com a finalidade de apurar os problemas que envolvem a recuperação e manutenção do asfalto que leva à comunidade de São Miguel, no Município de Bento Gonçalves/RS, tendo como investigado o Município de Bento Gonçalves/RS.

08) Peças de Informação nº 22/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande/RS, com a finalidade

de apurar o serviço de esgoto da Rua Capitão Martiniano Francisco de Oliveira – COHAB II, no Município de Rio Grande/RS, tendo como investigada a Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

09) Inquérito Civil nº 48/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa/RS, com a finalidade de apurar notícia de veiculação na imprensa de publicidade do Condomínio de Acqualina, bem como captação de água subterrânea sem outorga do DRH, no referido Condomínio, o qual está localizado na Avenida Paraguassú, s/nº, Balneário de Marina Maristela, no Município de Xangri-Lá/RS, de responsabilidade da Sra. Andressa da Cunha Matias.

10) Inquérito Civil nº 17/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, com a finalidade de apurar prédio público - Escola Municipal Dom Luiz Victor Sartori - sem calçada e abandono de espaço público pelo Município de Santa Maria/RS, na Rua Ceará, Bairro Nonoi, no Município de Santa Maria/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de março de 2010.

LISANDRA DEMARI,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.